



Número: **0801160-76.2019.8.15.0031**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Alagoa Grande**

Última distribuição : **04/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **SEGURO, ACIDENTE DE TRÂNSITO, SEGURO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOAO DOS SANTOS (AUTOR)		ISADORA DANTAS MONTENEGRO (ADVOGADO) LUIS FERNANDO MARTINS SANTOS (ADVOGADO) LORENA DANTAS MONTENEGRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24125469	04/09/2019 14:38	Petição Inicial	Petição Inicial
24125471	04/09/2019 14:38	DPVAT-	Outros Documentos
24125472	04/09/2019 14:38	PROCURAÇÃO	Outros Documentos
24125474	04/09/2019 14:38	DOCUMENTOS PESSOAIS	Outros Documentos
24125492	04/09/2019 14:38	COMPROVANTE DE RESIDENCIA	Outros Documentos
24125494	04/09/2019 14:38	BOLETIM DE OCORRENCIA	Outros Documentos
24125496	04/09/2019 14:38	DADOS BANCARIOS	Outros Documentos
24125498	04/09/2019 14:38	DOCUMENTAÇÃO MEDICA	Outros Documentos
24125949	04/09/2019 14:38	DOCUMENTAÇÃO MEDICA	Outros Documentos
24125952	04/09/2019 14:38	REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO	Outros Documentos
24125957	04/09/2019 14:38	Indeferimento administrativo	Outros Documentos
24146875	05/09/2019 16:11	Despacho	Despacho

SEGUE PETIÇÃO ANEXA.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA
COMARCA DE ALAGOA GRANDE-PARAÍBA

JOÃO DOS SANTOS, brasileiro, casado, vigilante, portador de RG nº 2.257.473 2ª via SSP-PB e inscrito no CPF nº 713.406.374-72, residente e domiciliado na rua Luiz Laurentino, nº 110, Conj. Geraldo M. Bezerra, Alagoa Grande-PB, por meio dos seus advogados, com endereço profissional à Rua João Pessoa, nº 1242, Centro, Alagoa Grande-PB, onde recebem intimações e comunicações, vem com o respeito de sempre, à Presença de Vossa Excelência, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09248608000104 podendo ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar- Centro, Cep: 20031205, Rio de Janeiro-RJ, por seu representante legal, pelos fatos que expõe para, ao final requerer:



SINOPSE FÁTICA:

No dia 08 de setembro de 2018, por volta das 18h08min, o autor vinha da feira central da cidade de Alagoa Grande-PB, com destino a escola Cantinho do Saber, porém nas proximidades da rodoviária velha, um motociclista não respeitou o cruzamento e causou um acidente envolvendo o autor, fraturando seu tornozelo.

Foi socorrido por terceiros, levado ao hospital de Alagoa Grande- PB, sendo encaminhado em seguida para o HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE CAMPINA GRANDE- PB. O autor ao chegar no Hospital de trauma, foi atendido, ficando internado durante o período de (12) doze dias.

Em decorrência do acidente, o autor além das escoriações por todo o corpo, veio a sofrer fratura no tornozelo (CID 10-S82) NECESSITANDO INTERNAÇÃO HOSPITALAR (provas anexas).

Após o acidente o requerente teve que se afastar das suas atividades para reabilitação. **Contudo, ressalta-se que as sequelas decorrentes da colisão de moto PERMANECERAM.** Do referido acidente resultou o autor debilidade permanente, situação que configura a incidência do seguro DPVAT a que tem direito o autor.

Percebe-se, MM. Juiz, que a vida do autor/vítima nunca mais será o mesmo após o fatídico acontecido, pois a marca do ocorrido será carregado por este para sempre, em sua debilidade permanente. Por este motivo, o requerente se utiliza desta petição para requerer a indenização por invalidez a qual faz jus, provando mediante os documentos exigidos pela lei, anexados a esta exordial, que se enquadra nas exigências legais do seguro obrigatório DPVAT.

Desta forma, diante da sua debilidade permanente, e impossibilidade de exercer sua profissão normalmente, apresentando dificuldades para o



desempenho das tarefas inerentes a esta, o requerente vem, portanto, a este juízo acionar a parte ré, para ser ressarcido pelos danos que sofreu e que ainda está sofrendo em decorrência das sequelas resultantes do acidente.

DO DIREITO:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Digníssimo julgador, o requerente, respeitosamente, com amparo no artigo 98 do CPC/2015, requer os benefícios da justiça gratuita, pois, não se encontra com condições de arcar com as respectivas custas, sem que lhe cause prejuízos para o seu sustento e da família, conforme declaração anexa; requer, ainda, a nomeação do signatário da presente como seu defensor.

Pois bem, o objetivo da presente ação é que seja o autor beneficiado pelo seguro DPVAT que tem como fim indenizar as vítimas de acidentes causados por veículos automotores em vias terrestres, logo, enquadra-se no caso em comento, não tendo o autor, portanto, condições de arcar com as custas processuais.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA

No tocante à legitimidade passiva para a causa é uníssono o entendimento que qualquer das Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVAT, responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório.

Veja a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça:

RESP: nº401418-MG RE: 2001.094323-0
DJ: 10/06/2002 PAG. 220
MINISTRO RUY ROSADO AGUIAR



SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. É satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.

DO SEGURO OBRIGATÓRIO

É cediço e corriqueiro de que o valor do seguro DPVAT, que dispõe sobre seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, as pessoas transportadas ou não, deve ser paga na forma da Lei nº 6.194-74, que fixa pagamento no caso de despesas de assistência médica e suplementares, o valor integral de oito salários mínimos.

Assim dispõe o art. 3º, alínea “C” da citada lei:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e as despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem por pessoa vitimada:

[...]

II- Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)- no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Diante disso, a Empresa ré, bem como, as demais seguradoras, devem pagar de acordo com a norma jurídica acima exposta.

Também preceitua textualmente o art. 5º da Lei nº 8441/92 que “O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”



O direito do promovente é líquido e certo, basta uma simples interpretação macroscópica para se vislumbrar com a concretude do caso em análise.

A Empresa seguradora ré, bem como as demais seguradoras que operam com DPVAT, baseadas em circulares administrativas desejam que estas se coloquem acima da norma jurídica.

As circulares e resoluções são impostas pela SUSEP, órgão máximo que dita as metas a serem cumpridas no contexto securitário nacional, em um gritante desrespeito à legislação.

A Lei 8841 de 13 de julho de 1992 estabelece disciplina e regulamentou o seguro DPVAT em nosso país, preceituando que, dentro de vários critérios, após a entrega dos documentos da vítima e do beneficiário a seguradora terá 15 dias para pagar o segurado que dele faz jus.

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

O art. 5º da Lei nº 6.194/74, em seu parágrafo 5º determina:

[...] O INSTITUTO MÉDICO LEGAL DA JURISDIÇÃO DO ACIDENTE
TAMBÉM QUALIFICARÁ AS LESÕES FÍSICAS OU PSÍQUICAS
PERMANENTES PARA FINS DE SEGURO PREVISTO NESTA LEI[...]

Como se observa, a lei não faz ressalva a qualquer produção de provas periciais complexas para o recebimento do DPVAT.

DA JURISPRUDÊNCIA

A jurisprudência pátria, exaurida pelos nossos tribunais já se posicionaram de maneira uníssona. A 2ª Colenda Turma Recursal Cível desta Comarca, em processo similar, corroborado com os julgados emanados de nossos Tribunais Superiores, exauriu o seguinte acórdão:



Recurso n. 057/2002/TC Civ.
Relator: João Batista de Sousa.
Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros.
Advogado: Bel. Adindo Carolino Delgado e outros.
Recorrido: Cícero de Oliveira Cavalcante.
Advogado: Wamberto Balbino Sales.

Ementa:
“ RECURSO INOMINADO CÍVEL-AÇÃO DE COBRANÇA-
SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)-DANO ESTÉTICO-
LESÃO PERMANENTE. PRELIMINARES- REJEIÇÃO-
PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. APELO-REJEIÇÃO DAS
PRELIMINARES-INSUBSISTÊNCIA DA SENTENÇA
MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS DO
RECURSO.”

Não pode e nem deve a Seguradora ré impor perante a sociedade, que
as Circulares e Resoluções, prevaleçam em detrimento à norma legal.

O 2º Juizado Especial Cível da Comarca de Campina Grande-PB, em
processo similar proferiu o seguinte veredicto:

Processo n. 001.2002.006797-9
Ação: Cobrança com Reparação de Danos
Promovente: Eraldo Anacleto Nunes
Promovido: Sul América Companhia de Seguros S/A
Juiz Leigo: Rossandro Farias Agra
Juiz Presidente: Octanny P. Batista

Ementa:
“PROCESSUAL CIVIL-AÇÃO DE COBRANÇA C/C
REPARAÇÃO DE DANOS-SEGURO DPVAT-
DEFERIMENTO PARCIAL NA ESFERA
ADMINISTRATIVA-COM PROVANTE DA LESÃO-
COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE- DEVER DE
INDENIZAR PROCEDÊNCIA DA AÇÃO”

E ainda:

“INDENIZAÇÃO-SEGURO DPVAT-ACIDENTE DE
TRÂNSITO-PROVA- evidenciado nos autos as provas
necessárias a demonstrar o acidente de trânsito e dos
danos na vítima, impõe-se o pagamento do seguro



obrigatório DPVAT (TAMG-AC 0315761-7-6 C.Civ. Rel. Juiz Darcio Lo'pardi Mendes- J.21/09/2000).

Não encontrando outra forma de solucionar o problema, vem invocar a tutela jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário, para dirimir tal conflito, vez que a promovida não tem interesse em pagar a indenização devida ao autor, que após o acidente ficou com debilidade permanente **Em decorrência do acidente, o autor além das escoriações por todo o corpo, veio a sofrer fratura no tornozelo (CID 10-S82) NECESSITANDO INTERNAÇÃO HOSPITALAR (provas anexas)**, criando para tanto barreiras que na via administrativa são quase impossíveis de atravessá-las, por isso, invoca a tutela jurisdicional, a fim de ver seu direito ser resguardado.

DO PEDIDO:

Pelo exposto, requer a procedência da presente, a fim de condenar a requerida, ao pagamento da indenização em epígrafe, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais);

Seja citada a promovida no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

Requer os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita por ser o autor, pobre na forma da lei;

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente provas documentais, testemunhais e periciais;

Sejam os valores devidamente acrescidos de juros e correção monetária, desde a data do sinistro;

A condenação da requerida no pagamento das custas processuais (na hipótese de acolhida a impugnação à assistência judiciária gratuita) e de honorários advocatícios no percentual de 20% (Vinte por cento), conforme determina o art. 85 do NCPC;

Requer, por fim, a juntada dos documentos em anexo.



Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.

Alagoa Grande-PB, 04 de setembro de 2019

Luís Fernando **MARTINS** Santos
OAB/PB 17.291

Lorena Dantas **MONTENEGRO**
OAB/PB 16.849

Isadora Dantas **MONTENEGRO**
OAB/PB 19.824

Matheus Peregrino Dantas Montenegro
ESTAGIÁRIO





IÊDA CARNEIRO

Serviço Notarial e Registral



LIVRO.: 0105

FOLHA: 068



PROCURAÇÃO

SAIBAM quantos esta Pública Procuração virem que aos 28 (vinte e oito) dias do mês de novembro do ano de 2018 (dois mil e dezoito), neste **IÊDA CARNEIRO - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**, situado na Praça Apolônio Zenaide, 755, Centro - Alagoa Grande-PB, foi lavrado o presente **Instrumento de Procuração Pública** em que, perante mim, **IÊDA MARIA DE PAIVA CARNEIRO – Titular**, compareceu(ram) como OUTORGANTE(S) **JOAO DOS SANTOS**, brasileiro(a), casado, vigilante, Filho de Severino Josa dos Santos e Rita Maria dos Santos, portador(a) do Documento de Identidade nº 2.257.473 -2 VIA-SSDS/PB, inscrito(a) no CPF/MF nº 713.406.374-72, residente e domiciliado(a) na Rua Projetada, S/N, Centro, Alagoa Grande-PB, CEP 58388-000; identificado(s) como o(s) próprio(s) por mim Notário(a), à vista dos documentos de identificação apresentados, do que dou fé; perante mim por ele(s) me foi dito que constituía(m) e nomeava(m) seu(s) bastante(s) procurador(es): **LORENA DANTAS MONTENEGRO**, brasileira, casada, advogada, inscrita da OAB/PB sob nº 16.849, CPF nº 083.707.154-27, **LUÍS FERNANDO MARTINS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, Inscrito na OAB/PB sob nº 17.291, CPF nº 061.241.834-04 e **ISADORA DANTAS MONTENEGRO**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB sob nº 19.824, CPF nº 083.688.924-06, ambos com escritório profissional à Rua João Pessoa, 1234, Centro – Alagoa Grande-PB; a quem confere(m) amplos e ilimitados poderes para o foro geral, com a cláusula “**ad-judicia**”, a fim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possa defender os interesses e direito(s) do outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartições públicas federal, estadual e municipal, autarquias ou entidades paraestatais, propondo ação(ões) competente(es) em que o outorgante seja autor ou reclamante e, defendendo-o quando for réu, interessado ou requerido, podendo ainda receber citações, intimações, notificações, reclamar, confessar, conciliar, transigir, desistir, fazer acordo, recorrer, requerer inventário ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações arguir exceções de incompetência, impedimento ou suspensão na forma dos arts. 112,134 e 135, CPC, bem como substabelecer no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes se assim lhe convier. Os elementos relativos à qualificação e identificação do procurador, bem como o objeto do presente mandato foram fornecidos e conferidos pelo(a) outorgante(s), que por eles se responsabiliza(m). Recolhidas as Taxas FARPEN - Fundo de Apoio ao Registro das Pessoas Naturais, no valor de R\$ 5,14, FEPEJ - Fundo Especial do Poder Judiciário, no valor de R\$ 9,48, ISS - Imposto Sobre Serviço, no valor de R\$ 1,19, sendo os Emolumentos R\$47,40. Selo Digital: **AHR93894-W8GV**. Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>. Em fé de verdade assim o disse e outorgou, sendo lavrada a presente **Procuração**, a qual feita e lhe sendo lida, em alta e clara voz, achou-a conforme, outorgando, aceitando e assinando Patrícia Pereira da Silva, solteira, representante comercial, portador do Documento de Identidade nº 2714832-2ªVIA-SSDS/PB, inscrito no CPF/MF nº 041.574.704/00, residente e domiciliado na Rua Gedeão Amorim, nº 124, Alagoa Grande-PB, CEP 58388-000, devidamente identificado conforme documentos apresentados, que aceita e assina a presente, a rogo do outorgante que DECLAROU SER ANALFABETO e deixou a impressão digital do seu polegar direito à margem deste instrumento, Na presença e assinatura de duas testemunhas: Polyana Ferreira de Araújo, casada, portador do Documento de Identidade nº 3108541-SSP/PB, inscrito no CPF/MF nº 065.128.634-09, residente e



LIVRO.: 0105

FOLHA.: 068



domiciliado na Rua José Hipólito, nº158, Alagoa Grande-PB, CEP 583888-000 e Matheus Peregrino Dantas Montenegro, solteiro, estudante, portador do Documento de Identidade nº 3925765-SSP/PB, inscrito no CPF/MF nº 121.586.294-60, residente e domiciliado na Rua Francisco Carlos da Silva, nº 508, Alagoa Grande-PB, CEP 58388-000. A presente procuração não pode ser substabelecida. Os referidos poderes são concedidos por prazo indeterminado. O presente ato foi lavrado, rubricado e encerrado, tendo sido conferida toda a documentação necessária para sua devida efetivação, como também, as assinaturas apostas neste documento. Eu, **IÊDA MARIA DE PAIVA CARNEIRO – Tabeliã do IEDA CARNEIRO - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL**, subscrevo e assino, estando conforme o original. (aa) JOAO DOS SANTOS.

Em testemunho () da verdade.

MANUELLA DE FÁTIMA DE PAIVA CARNEIRO

- TABELIÃ SUBSTITUTA -



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.257.473 -2 VIA DATA DE EXPEDIÇÃO 06/03/2017

NOME JOÃO DOS SANTOS

FILIAÇÃO SEVERINO JOSA DOS SANTOS
RITA MARIA DOS SANTOS

NATURALIDADE ALAGOINHA-PB DATA DE NASCIMENTO 28/12/1957

DOC ORIGEM CASAM N.1503 FLS.198 LIV.B-06
CARTORIO ALAGOINHA-PB

CPF 713.406.374-72

João Pessoa - PB

Marcus A. B. Lacet Jr.
Chefe do Núcleo de
Ident. CMI, 11/08/03

A +

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA V-02
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL P-016
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

NAO ALFABETIZADO

ASSINATURA INSTITUIÇÃO

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
CA27.4A1F.28EF.D81D

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 09:14:57 do dia 22/11/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

MINISTÉRIO DA FAZENDA
 **Receita Federal**
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
713.406.374-72

Nome
JOAO DOS SANTOS

Nascimento
28/12/1957

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Retete para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica. Nº 027.447.006



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc. Est. 15.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

CLARICE SOARES DOS SANTOS
RUA LUIZ LAURENTINO S/N
ALAGOA GRANDE

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/1532207-6

REFERÊNCIA

JUL/2019

APRESENTAÇÃO

05/07/2019

CONSUMO

57

VENCIMENTO

12/07/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 40,72

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL				
CONTA PAGA - Data de Pagamento: 08/07/2019				
Pagador: CLARICE SOARES DOS SANTOS CNPJ/CPF: 048.280.274-08				
RUA LUIZ LAURENTINO S/N - CANAFISTULA - ALAGOA GRANDE / PB - CEP 00000-000				
Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
26249120003462626	001532207201907	12/07/2019	R\$ 40,72	
BENEFICIÁRIO: ENERGISA PARAIBA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A				09.095.183/0001-40
BR230 KM 25, S N - - CRISTO REDENTOR - JOÃO PESSOA / PB - CEP 58071-680				
Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/2447-3				





BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL

Livro nº 001/2018
Ocorrência nº. 593/2018



Aos TRÊS dias de DEZEMBRO de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de ALAGOA GRANDE/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). **MARIA SOLIDADE DE SOUSA**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrevã(o) do seu cargo, aí, por volta 11h:45min, **compareceu a PESSOA a seguir qualificada:**

JOÃO DOS SANTOS, conhecido(a) por JOÃO ZAROIO, Identidade nº 2.257.473 2ª via-SSDS/PB, CPF nº 713.406.374-72, nacionalidade brasileira, estado civil: casado, profissão: vigilante, filho(a) de Severino Josa dos Santos e de Rita Maria dos Santos, natural de alagoinha/PB, nascido(a) em 28/12/1957 (60 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Rua Luis Laurentino, 101, Conjunto Antônio Fernandes de Carvalho, Distrito de Canafistula, tendo como ponto de referência: Colégio Araci Nóbrega Montenegro, na cidade de ALAGOA GRANDE/PB, fone(s) para contato: (83) 9 8625-8881.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme a seguir enumerado:

- 1) **Natureza do fato:** ACIDENTE DE TRÂNSITO;
- 2) **Data do Fato:** 8 de setembro de 2018;
- 3) **Horário do fato:** 18h:8min;
- 4) **Local do fato:** Próximo a Rodoviária Velha, Alagoa Grande/PB;
- 5) **Unidade(s) de Saúde para a(s) qual(is) o(a) acidentado(a) foi encaminhado(a):** HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES;
- 6) **O comunicante/vítima conduzia o veículo?** SIM;
- 7) **Sendo o(a) comunicante o(a) condutor(a) do veículo envolvido no acidente, é ele(ela) habilitado?** NÃO;
- 8) **O veículo do(a) comunicante encontra-se em dia com suas obrigações tributárias?** NÃO

6) Descrição do(s) veículo(s) envolvido(s) no acidente:

MOTO HONDA CG 125 TITAN ES, COR PRATA, ANO/MODELO 2003/2003, PLACA ILB 6961/RS, CHASSI 9C2JC30203R130506.

7) Testemunha(s) do fato/acidente:

NÃO

8) Breve resumo do fato:

Que o comunicante vinha da feira central de Alagoa Grande com destino a escola CANTINHO DO SABER para pegar seu neto; Que próximo a Rodoviária Velha uma moto em outro sentido passou direto pelo cruzamento sem respeitar a parada obrigatória, pegando a lateral da moto do comunicante; Que o comunicante sofreu fratura no TORNOZOLE esquerdo; Que o comunicante foi socorrido por terceiros, sendo levado para o HOSPITAL LOCAL DE ALAGOA GRANDE, que foi atendido e transferido no mesmo dia para o HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DE CAMPINA GRANDE, onde o mesmo passou 12 dias internado, recebendo alta no dia seguinte.

OBSERVAÇÕES DA UNIDADE POLICIAL:

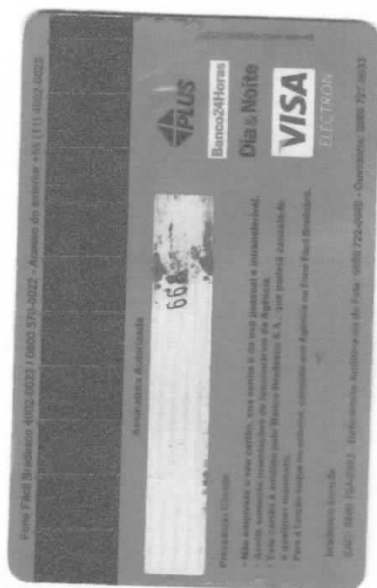
nada consta

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrevã(o) que digitei.

JOÃO DOS SANTOS
Comunicante

Escrivã(o)/Agente
Matrícula nº 182.235-7







GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATESTADO MÉDICO

ATESTO que João da Santos

foi atendido (às) hoje, às 60 (sessenta)
horas, necessitando de 30 (trinta)
dias de afastamento do trabalho, à partir desta data.

DIAGNÓSTICO CID S82.6

Campina Grande, 22 / 11 / 18

Assinatura do Médico - CRM Nº

Assinatura do Médico - CRM Nº

End.: AV. Floriano Peixoto, 4700 - CEP: 58432-809 - Malvinas - Campina Grande-PB

MOD.004





GOVERNO
DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1729275 CLASS. DE RISCO: AMARELO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB, CEP: 58432-809 Data: 08/09/2018
Boletim de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendente: Sidney Siqueira De Araújo Junior
CEP: 58388000 Nascimento: 28/12/1957

PACIENTE: JOAO DOS SANTOS
Endereço: CONJ ANTONIO FERNANDES DE
CARV

Sexo: M Telefone: 986612191
Idade: 060 Bairro: CENTRO

Cidade: Alagoa Grande RG: 2257473 Nº: 0

Nome da Mãe: RITA MARIA DOS SANTOS CPF: 71340637472 Profissão:

Responsável: Data de Atend: 08/09/2018 CNS: 706001867723240

Estado Civil: Casado(a) Hora: 18:08:17 CONVÊNIO: SUS

Motivo: ACIDENTE DE MOTO MOTO X MOTO Especialidade:

Médico: CRM:

OBS FICHA:

MECANISMOS DO TRAUMA

LOCAL DA LESÃO (identifique o local com o número correspondente ao lado)

1. Abrasão	19. Fratura óssea fechada
2. Amputação	20. Fratura óssea aberta
3. Avulsão	21. Hematoma
4. Contusão	22. Ingestão de veneno
5. Crepitação	23. Laceração
6. Dor	24. Lesão tendinosa
7. Edema	25. Luxação
8. Empalhamento	26. Mordedura
9. Entorse subcutânea	27. Movimento torácico paradoxal
10. Enxameamento	28. Objeto Encaixado
11. Equimose	29. Otorragia
12. F. Arma branca	30. Paralisia
13. F. Arma de fogo	31. Parestesia
14. F. Cortado	32. Paratendão
15. F. Cortante	33. Queimadura
16. F. Corte-cortado	34. Rinoorragia
17. F. Perfuro-cortado	35. Sinais de Isquemia
18. F. Perfuro-cortante	36.

OBS:

QUEIMADURA: % Grau () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau
Superfície corporal lesada = 75
DIAGNÓSTICO / CID:

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

Am Jnt E

REALIZADO
08/09/2018

ALERGIA:

MEDICAMENTOS:

PATOLOGIAS:

EXAME FÍSICO

PUPILAS () Fotorreagentes () Isocóricas () Anisocóricas

Glasgow PA HGT: SatO2

EXAMES SOLICITADOS:

() Laboratoriais () Ultrassonografias
() Gasometria arterial () Radiografias
() Tomografia Computadorizada

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: Dia / /

Especialista: Dia / /

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

PRESCRIÇÕES E CONDUTAS

Nº

1

2

3

4

5

6

HORÁRIO REALIZADO

Dr. Bruno C. Lopes
Otorrinolaringologista
CRM - PB 72376-1

Ficha de Acolhimento

Nome:	Sérgio dos Santos		
End:	Cm. Antônio Fernandes de Carvalho Bairro: Alvorada Verde		
Data de Nascimento:	28/12/1957	Documento de Identificação:	
Queixa:	Ac. de	Data do Atend.: 18:05	Hora: 00/09/18 Documento:
Acidente de trabalho?	() Sim	() Não	
Classificação de Risco			
Nível de consciência:	() Bom	() Regular	() Baixo
Frequência respiratória:			
Pressão arterial:			
Dosagem de HGT:			
ambulação:	() Livre	() Cadeira de rodas	() Maca
Estratificação			
Aspecto: () Calmo () Fâceis de dor () Gemente			
Frequência cardíaca:			
Temperatura axilar:			
Mucosas: () Normocorada () Pálida			
MOD. 110			

() Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

() Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial
Máquina de registro
Assinatura e carimbo do profissional

SERVIÇOS REALIZADOS:

() Alta hospitalar / () A revelia
() Decisão

()Obito

() Transferência a outro SETOR ou HOSPITAL

Ass. do paciente ou responsável (quando necessário)

CBO

IDADE



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Spão dos Santos Registro: 1 Leito: 4 Setor Atual: Oito II

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C; P: bpm; FR: irpm; PA: 120 mmHg; FC: bpm; SPO2: %
HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm Dor: () Local: Obs.:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: ☒ Consciente ☒ Orientado () Confuso () Letárgico () Torporoso () Comatoso () Outro
GLASGOW(3-15): Drogas (Sedação/Analgesia):

Pupilas: ☒ Isocóricas () Anisocóricas () D>E () E>D () Fotorreagentes () Mióticas () Midríaticas

Mobilidade Física: ☒ Preservada () Paresia () Plegia () Parestesia Local:

Linguagem: () Qual? () Disfonia () Afasia () Disfasia () Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: ☒ Espontânea () Cateter Nasal () Venturi % l/min () Traqueostomia () Ayre/Tubo T
() VMNI () VMI TOT n° Comissura labial n° FiO2 % PEEP cmH2O

() Eupnéia; () Taquipnéia () Bradipnéia () Dispnéia () Outros:

Ausculta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: () Diminuídos () D () E

Ruidos adventícios: () Roncos () Sibilos () Estridor () Outros:

Tosse: () Improdutiva () Produtiva Expectoração: () Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: () D () E () Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data: / / Hora:

PERCEPÇÃO DOS ORGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: () Visão () Audição () Tato () Olfato () Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA

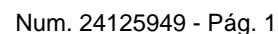
☒ Tranquilo () Agitado () Agressivo () Risco de queda. Observação:

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

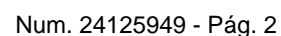
Pulso: ☒ Regular () Irregular () Impalpável () Filiforme () Cheio.



FONTE: BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).



FONTE: BORDINHÃO, R.C; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).





UMA NOVA HISTÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE MISTA

ENCAMINHAMENTO

UNIDADE DE REFERÊNCIA: Hosp. Emergência e Trauma CG
UNIDADE DE ORIGEM: Hosp. Municipal de Alagoa Grande
NC DO PACIENTE: 2000 000 0000
PROCEDÊNCIA: Al. B. B. B.

Pelo último de acidente e muito, apresenta
edema e refer dor tornozelo
esq. - no Rx apresenta fratura oblique
da tibia (distal) -
Início de trat especializado

16:30hrs

ALAGORA GRANDE (PB)

28.09.2018
Dr. Klicio L. R. M. M. M.
Médico CRM 1922
CNPJ: 23.435.765/0001-50





GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

AVALIAÇÃO CARDIOLÓGICA COM RISCO CIRÚRGICO

NOME: João da Silva IDADE: 62 SEXO: M
IMC: _____ PROCEDÊNCIA: _____ PROFISSÃO: _____ DATA: 09/09/19

1 - SINTOMATOLOGIA CARDIOVASCULAR:

☒ Assintomática ☐ Sintomática ☐ Oligossintomática

SINTOMAS:

☐ Cefaléia ☐ Tontura ☐ Síncope
☐ Dispnéia de esforço ☐ Grande ☐ Pequena
☐ Média ☐ Ortopnéia
☐ Palpitações ☐ Tosse Seca ☐ Expectoração
☐ Dor Precordial ☐ Típica ☐ Atípica
Relacionada: ☐ Esforço ☐ Emoções ☐ Frio ☐ Pós-prandial

Comentários: _____

2 - PATOLOGIAS EM CURSO:

☐ Hipertensão Arterial Sistêmica Sim ☐ Hipertensão Pulmonar ☐ DPOC ☐ Outros
☐ Diabetes Mellitus N ☐ Insut. Cardíaca Congestiva N ☐ Insuficiência Coronariana N
☐ Arritmias ☐ Insuf. Renal ☐ Aguda ☐ Crônica

3 - ANTECEDENTES PESSOAIS:

☐ Alergia a Medicamentos: mesa ☒ Tabagismo
☐ Etilismo ☐ Sedentarismo
☐ Dislipidemia ☐ Cirúrgico apendicite ☐ Outros

Medicamentos em uso ☐ Não ☒ Sim HCTZ, Captopril

4 - EXAME FÍSICO:

☐ Estado Geral ☒ Bom ☐ Regular ☐ Comprometido ☐ Precário ☐ Altura ☐ Peso

Ap. Cardiovascular - Comentários: 2.5.2.2.2.2

FC: 56 b.p.m P.A.: 150 x 70 mmHg

Ap. Respiratório - Comentários: _____

Abdômen - Comentários: _____

Membros Inferiores - Comentários: ruel. tornozelo e

5 - E.C.G.: BRE

Ex. Laboratoriais: _____

6 - CONCLUSÃO - RISCO CIRÚRGICO:

☐ Grau I - AVC e ECG - normais (Risco Cirúrgico Normal)
☒ Grau II - AVC e ECG - anormais (Risco Cirúrgico Normal)
☐ Grau III - AVC e ECG - anormais (Indicando Monitorização Cardíaca)



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Ag: 30300053 - AC ALAGOA GRANDE
ALAGOA GRANDE - PB
CNPJ: 34028316361300 Ins. Est.: 160745500

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente: SEG. LIDER
CNPJ/CPE: 00000000000000
Insc. Est.: JOAO DOS SANTOS

Movimento: 29/07/2019 Hora: 10:22:27
Caixa: 92630692 Matrícula: 84775645
Lancamento: 012 Atendimento: 00005
Modalidade: A Vista ID Tiquete: 167988993

DESCRICAO	QTD.	PRECO(R\$)
CARTA NA0 COM REGI	1	14,30+
Valor do Porte(R\$):	2,80	
Cep Destino: 20031-205 (RJ)		
Peso real (G):	85	
Peso Tarifado:	0,085	
OBJETO:	J0068903975ER	

REGISTRO A VISTA: 5,75
AVISO DE RECEBIMENTO: 5,75

TOTAL DO ATENDIMENTO(R\$) 14,30

Valor Declarado não solicitado(R\$)
No caso de objeto com valor,
utilize o serviço adicional de valor declarado.

TOTAL (R\$) 14,30
VALOR RECEBIDO(R\$) 14,30

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Ganhe tempo!
Baixe o APP de Pre-Atendimento dos Correios
Tenha sempre em mãos o número do ID Tiquete
deste comprovante, para eventual contato com
os Correios.

VIA-CLIENTE SARA 7.9.00





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 13 de Agosto de 2019

**Nº do Pedido do
Seguro DPVAT: 3190470367**

Vítima: JOAO DOS SANTOS

Data do Acidente: 08/09/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: ABERTURA DE PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Senhor(a), JOAO DOS SANTOS

Informamos que o seu pedido do Seguro DPVAT foi cadastrado.

Para cobertura de Invalidez Permanente, o valor indenizável é de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). A indenização é estabelecida de acordo com o grau da lesão permanente sofrida pela vítima, com base na tabela estabelecida na Lei nº 6.194, de 1974.

O prazo para análise do pedido de indenização é de até **30 (trinta) dias, contatos a partir do recebimento de toda a documentação necessária pela seguradora.**

Caso sejam necessários documentos e/ou informações complementares, o prazo de 30 (trinta) dias será interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber toda documentação adicional solicitada.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, acesse o nosso site para maiores informações.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14697237





Poder Judiciário da Paraíba
Vara Única de Alagoa Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801160-76.2019.8.15.0031

DESPACHO

V i s t o s , e t c .

Inicialmente, defiro o pedido de justiça gratuita ao autor, nos termos do art. 98 do CPC.

Outrossim, considerando a omissão da petição inicial, e bem assim o fato de que a seguradora promovida em diversas demandas análogas a esta não demonstra interesse em transigir, deixo de agendar a audiência prevista no art. 334 do CPC e, em via de consequência, determino a CITAÇÃO da parte demandada para, querendo, oferecer contestação no prazo de 15 dias.

ALAGOA GRANDE, 04 de setembro de 2019.

José Jackson Guimarães

Juiz de Direito

